Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria de Tributação e Fiscalização
Coordenadoria do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

SICOP: 22114

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO FISCAL

I– PETIÇÃO

O **proprietário** do imóvel abaixo descrito, ou, se for o caso, por intermédio de seu representante legal, vem requerer reconhecimento de **ISENÇÃO (IPTU E TCL) - CONTRIBUINTE, COM MAIS DE SESSENTA ANOS, APOSENTADO OU PENSIONISTA, com renda mensal total de até 3 salários mínimos, titular exclusivo de um único imóvel, utilizado para sua residência, com área de até oitenta metros quadrados, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade continue a servir de residência ao cônjuge supérstite e que seus ganhos mensais sejam iguais ou inferiores a 3 salários mínimos.**

Hipótese Legal: Art. 61, inciso XXIII da Lei 691/84 e art. 5º, inciso IV da Lei 2.697/1998

II– DADOS DO IMÓVEL (preenchimento obrigatório).

Inscrição: Código do Logradouro (CL):

Endereço:

Bairro: CEP:

III– DADOS DO REQUERENTE (preenchimento obrigatório).

Nome:

CPF/CNPJ: E-mail:

Identidade e órgão expedidor: Telefone (s):

IV– DADOS PARA NOTIFICAÇÃO (preenchimento obrigatório).

Nome:

E-mail:

Endereço:

Bairro: CEP:

V– DADOS DO PROCURADOR (só preencher em caso de procuração).

Nome:

CPF: E-mail:

Identidade e órgão expedidor: Telefone (s):

VI– DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O EXAME DO PEDIDO (salvo exceções sinalizadas, apresentar original e cópia ou cópia autenticada).	(Preenchimento do Servidor) **DOCUMENTO JUNTADO?**
a) certidão do Registro de Imóveis, expedida no máximo seis meses antes da data do pedido quando o titular não coincidir com o indicado no carnê de IPTU, sendo que o promitente comprador só estará habilitado se estiver imitido na posse e a promessa estiver registrada no RI;	(S) (N) (NA)
b) TERMO DE RESPONSABILIDADE, consignando que o beneficiário reside e é proprietário ou promitente comprador exclusivamente do imóvel objeto do pedido, e que a sua renda mensal total não é superior a dois salários mínimos – modelo anexo;	(S) (N) (NA)
c) conta de luz, gás, telefone ou água (última antes da apresentação do pedido), que comprove a residência;	(S) (N) (NA)
d) carteira de identidade do requerente;	(S) (N) (NA)

e) comprovante de rendimentos de qualquer natureza (seja a título de pensão, aposentadoria ou trabalho ativo) relativo ao mês de competência de janeiro do(s) exercício(s) a que se referir o pedido, em que conste o nome do beneficiário e a espécie de rendimento;	(S) (N) (NA)
f) comprovante de rendimentos do cônjuge relativo ao mês de competência janeiro do(s) exercício(s) a que se referir o pedido, em que conste o nome do beneficiário e a espécie de rendimento, se for o caso;	(S) (N) (NA)
g) última Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física ou declaração (do contribuinte) quanto à não obrigatoriedade de apresentação;	(S) (N) (NA)
h) certidão de óbito do aposentado ou pensionista, se for o caso;	(S) (N) (NA)
i) último carnê do IPTU;	(S) (N) (NA)
j) procuração do requerente, com firma reconhecida e identidade do procurador (se for o caso).	(S) (N) (NA)

- **LEGENDA: (S) SIM ; (N) NÃO e (NA) NÃO APLICÁVEL**

VII– Conforme disposto no artigo 124 do Decreto 14.602/96, somente após a apresentação de todos os documentos relacionados no quadro VI a consulta será considerada como regularmente formulada, e a atuação deste processo afastará a incidência de mora sobre o tributo objeto do pedido, se este for considerado devido, exceto se o requerimento foi efetuado após o prazo previsto para o pagamento do tributo (quando incidirão os acréscimos legais).

A apresentação da totalidade dos documentos listados no item VI não implica o deferimento do pedido, nem impede que a autoridade competente para decidir solicite a juntada de outros elementos que julgar necessário.

Conforme disposto no artigo 125 do Decreto 14.602/96, se o pedido for indeferido de plano por não terem sido apresentados todos os documentos exigidos, ou pelas demais hipóteses previstas no citado dispositivo, serão aplicados todos os acréscimos moratórios sobre o tributo devido, como se não tivesse sido protocolizado este requerimento.

Para evitar a incidência de acréscimos moratórios, poderá ser efetuado depósito administrativo na forma prevista no Decreto 14.602/96, artigos 171 § 3º, 173 , 174 - I e parágrafo único.

VIII– Declaro estar ciente do teor deste requerimento e dos termos constantes no quadro VI e VII. Data: _____/_____/_____ _____ Nome do Requerente ou Procurador _____ Assinatura do Requerente ou Procurador	**Recebido.** Data: _____/_____/_____ Nome, matrícula e assinatura do servidor

IX– TERMO DE EXIGÊNCIA (quando não forem apresentados quaisquer documentos previstos no quadro VI)

Fica o requerente notificado de que deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias o(s) documento(s) assinalado(s) com "N" no quadro VI.

A impossibilidade de apresentar quaisquer destes documentos deverá ser justificada por escrito.

O não cumprimento da(s) exigência(s) no prazo tornará o pedido passível de indeferimento.

Data: _____/_____/_____ Nome, matrícula e assinatura do servidor	**Ciente da exigência.** Data: _____/_____/_____ _____ Nome do Requerente ou Procurador _____ Assinatura do Requerente ou Procurador **(ASSINAR SOMENTE NA PRESENÇA DO SERVIDOR)**

ISENÇÃO DE IPTU PARA APOSENTADO OU PENSIONISTA COM MAIS DE 60 ANOS, COM RENDA MENSAL TOTAL DE ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS, TITULAR EXCLUSIVO DE UM ÚNICO IMÓVEL, UTILIZADO PARA SUA RESIDÊNCIA, COM ÁREA DE ATÉ 80 METROS QUADRADOS

TERMO DE RESPONSABILIDADE

_____,
(NOME)

_____, _____,
(IDENTIDADE) (CPF)

_____,
(ENDEREÇO)

_____, declara que:
(INSCRIÇÃO)

( ) é aposentado(a) ( ) é pensionista ( ) é aposentado(a) e pensionista

( ) é solteiro(a) ( ) é viúvo(a) ( ) é desquitado(a) ou divorciado(a)

( ) que não é proprietário ou promitente comprador de outro imóvel

( ) reside no imóvel desde o ano de _____

( ) seus rendimentos mensais não são superiores a três salários mínimos

( ) seus rendimentos mensais são decorrentes de (marque os que se aplicam à sua situação):

( ) pensão ( ) aposentadoria ( ) outros _____

ESTA PARTE SÓ DEVE SER PREENCHIDA SE O REQUERENTE FOR CASADO:

( ) é casado(a) com _____

( ) o cônjuge é co-proprietário do imóvel

( ) os rendimentos do cônjuge são decorrentes de (marque os que se aplicam à sua situação):

( ) pensão ( ) aposentadoria ( ) outros_____

( ) o cônjuge não tem rendimentos mensais

( ) a soma dos rendimentos mensais do casal não é superior a três salários mínimos

A presente declaração é a expressão da verdade, estando o declarante ciente de que, em caso de falsidade comprovada ou de omissão, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato jurídico, estará incurso nas penas previstas no Art. 299 do Código Penal Brasileiro, bem como ficará sujeito a multa e correção monetária aplicáveis conforme a legislação vigente.

Rio de Janeiro,_____de_____de_____.

_____
Assinatura

Se a declaração for firmada por procurador, informar:

Nome (legível): _____

Identidade: _____